

LEGISLAR SOBRE A LÍNGUA

Mônica G. Zoppi Fontana
IEL-UNICAMP-CNPq

Na nossa pesquisa sobre a gramatização da língua brasileira, observamos a relação constitutiva estabelecida entre os processos históricos que significam o Português do Brasil como *língua nacional* e como *língua transnacional*. Estas duas dimensões de língua se encontram no sujeito, produzindo equívocos e contradições que sinalizam *momentos de emergência de formas singulares de subjetivação*. Neste trabalho propomos a análise de um conjunto de documentos parlamentares (projeto de lei, parecer de comissão, debate publicado em atas, lei) que compõem o processo de instituição do Dia da Língua Portuguesa (lei nº 11.310 de 12-6-2006) e que permitem observar um *saber espontâneo sobre a língua*, que retoma e reformula historicamente imagens sobre a língua produzidas do lugar de enunciação do legislador. Este recorte discursivo pode ser caracterizado como fazendo parte do *arquivo legislativo*, definido por Rodrigues (2010:296) como “o conjunto de textualidades elaboradas durante o processo legislativo de apresentação e tramitação de um projeto de lei”, que se caracterizam, conforme a autora, por sua circulação restrita ao âmbito parlamentar e pelo seu funcionamento discursivo como *proposição*, o que as diferencia do funcionamento de *imposição* normativa que caracteriza a lei, uma vez que é sancionada. Em um trabalho anterior (Zoppi Fontana, 2009a), analisei esta materialidade discursiva centrando o interesse teórico na discussão da noção de acontecimento linguístico (conforme apresentada por GUILHAUMOU, 1997 e ORLANDI, 2002), especificamente no que concerne a seu duplo funcionamento reflexivo: por um lado sua reflexividade *metaenunciativa*, ou seja, sua interpretação como acontecimento pelos sujeitos envolvidos na enunciação, e por outro lado, sua reflexividade *metalingüística*, pelo fato de a língua se constituir em objeto de uma *enunciação política*. Avançando na discussão, propunha considerar os efeitos produzidos por esses funcionamentos, que os autores citados interpretam como a representação imaginária de uma certa “consciência linguística”, a partir da descrição dos processos de identificação proposta por PÊCHEUX (1975: 215). Assim, tratar-se-ia de uma reduplicação dos processos de identificação que constituem o sujeito em uma posição-sujeito dada, movimento vivido-

percebido-experenciado imaginariamente pelo sujeito da enunciação como uma “tomada de posição”.

Continuando essa reflexão, o nosso foco de análise neste trabalho recai, justamente, sobre os processos de identificação que significam a posição-sujeito ocupada pelo legislador e que nos permitem analisar o funcionamento da *língua nacional* e da *língua transnacional* como duas dimensões de língua, ambas constitutivas dessa posição-sujeito e dos efeitos-sujeito produzidos a partir dela.

Para Payer (2009:43), o par *língua nacional X língua materna* representa “diferentes funcionamentos da língua apreensíveis quando se pensa na dimensão da memória discursiva que essas materialidades sustentam”; conforme a autora, não se trata “(necessariamente) de línguas distintas *mas de dimensões da linguagem- que são da ordem da memória discursiva*”(destaques da autora), o que leva à pergunta: *como funcionam no mesmo sujeito de linguagem as diferentes dimensões de língua?* No nosso trabalho, deslocamos a interrogação para nos perguntarmos sobre a relação constitutiva entre as dimensões do Português do Brasil como *língua nacional e língua transnacional*.

No recorte que segue, observamos indícios desta relação, sinalizando os processos de identificação do sujeito, que posto no lugar de quem **legisla sobre a língua nacional** é compelido a interpretá-la na sua dimensão *transnacional*.

Sobram razões para que sejam envidados todos os esforços no sentido de valorizar e preservar o **nosso maior patrimônio: a língua portuguesa**. Fator de unidade e integração do **nosso país** de dimensões continentais, a **língua pátria** é reconhecida por especialistas como o mais importante **laço de consolidação da unidade nacional**.[...] A importância desse movimento de defesa e preservação da língua portuguesa é de tal grandeza que **transpôs fronteiras** e constitui, atualmente, matéria de **preocupação de todas as nações de fala portuguesa** [...] Recentemente, o prof. Prof. Carlos Reis, da Universidade de Coimbra, chamou a atenção para o relevo do papel do Brasil, nessa tarefa. “O futuro da Língua Portuguesa é aquele que o Brasil quiser. Os brasileiros é que vão decidir o destino que querem dar à língua-mãe, porque o Brasil é o único país, dos oito que compõem a CPLP, que tem força e peso político no mundo, devido à sua importância geoestratégica”, argumentou, com ênfase, o pesquisador. [...] **A par** da atuação do Brasil **no âmbito da CPLP**, urge a definição de iniciativas em **nosso próprio território** em favor dessa nobre causa. (Projeto de lei nº149/2004, destaques nossos)

Observe-se como a iniciativa legislativa é representada como um movimento de valorização e preservação, por um lado de: *nosso maior patrimônio, a língua pátria,*

laço de consolidação da unidade nacional, e ao mesmo tempo da língua portuguesa, do futuro da Língua Portuguesa, do destino da língua-mãe. É importante, também, frisar que o legislador significa a sua prática como agindo ao mesmo tempo em dois âmbitos ou recortes territoriais: no âmbito da CPLP e no nosso próprio território.

Esta menção explícita no projeto de lei a dois âmbitos de **circulação** e de **gestão** da língua é para nós um indício da interferência das duas dimensões de língua produzidas para o Português do Brasil como efeito do último momento do seu processo de gramatização. Com efeito, como defendemos em Zoppi Fontana (2009b), os últimos vinte anos do processo de gramatização brasileiro se caracterizam por configurar para essa língua uma dimensão *transnacional*, ampliando o espaço de enunciação para além fronteiras. Assim, a dimensão de *língua nacional* é ressignificada por uma relação ao mesmo tempo contraditória e especular com à dimensão de *língua transnacional*, significada como um **transbordamento** dos limites territoriais e simbólicos (seu funcionamento na memória discursiva) da língua nacional. Neste trabalho levantamos a tese de que estas duas dimensões de língua estão presentes hoje nos processos de identificação que constituem o sujeito brasileiro, especificamente quando enuncia do lugar do legislador, ou seja do lugar do Estado nacional. Neste sentido, ambas as dimensões significam as práticas de políticas de língua adotadas na última década, tanto direcionadas a regular o espaço de enunciação interno quanto a circulação e gestão da língua no exterior. A dimensão de *língua transnacional*, uma vez produzida historicamente na memória discursiva, passa a assombrar a *língua nacional* como um seu duplo inseparável. Projeção de um Estado em franco processo de inserção geopolítica e econômica internacional e efeito dos processos de interpelação que tensionam hoje o sujeito nas contradições do Estado e do Mercado como instâncias de constituição subjetiva.

Referências bibliográficas

- GUILHAUMOU, Jacques. “Vers une histoire des événements linguistiques. Un nouveau protocole d'accord entre l'historien et le linguiste”. In: *Histoire, épistémologie, Langage*, 18/II: 103-126. Paris: SHESL, PUV, 1997
- ORLANDI, Eni. *Língua e conhecimento lingüístico*. Para uma História das Idéias no Brasil. São Paulo, Cortez Editora: 2002
- PAYER, Maria Onice. “Imigrante: sujeito moderno. Dispositivos de objetivação do sujeito e da língua na modernidade” In: Zoppi Fontana (org.) 2009.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*. Uma crítica à afirmação do óbvio. 1975. Campinas:Unicamp, 1988.

- RODRIGUES, Fernanda Castelanos. *Língua viva, letra morta. Obrigatoriedade e ensino de espanhol no arquivo jurídico e legislativo brasileiro*. Tese de doutorado. Orientador: María Teresa Celada. São Paulo, FFLCH-USP, 2010.
- ZOPPI FONTANA, Mónica (2009a) “Acontecimento linguístico: o discurso político e a comemoração da língua”. In: Anais do IV SEAD-Seminário de Estudos de Análise de discurso. Porto Alegre, UFGRS, novembro 2009. CD-r
- _____ (2009b) “O Português do Brasil como língua transnacional”. In: Zoppi Fontana (org.), 2009.
- ZOPPI FONTANA, Mónica org. *O português do Brasil como língua transnacional*. Campinas, RG Editora, 2009.